



ICSW

Políticas de Bem-Estar Social e Desenvolvimento Social para a Nova Era

Manifesto do ICSW para
Apresentação à Segunda Cúpula
Mundial para o Desenvolvimento
Social 2025

Preâmbulo

Nós, do Conselho Internacional de Bem-Estar Social (ICSW), submetemos este manifesto às Nações Unidas, reafirmando nosso compromisso com a promoção da dignidade humana, do bem-estar, da justiça social e de políticas inclusivas em todo o mundo. Os resultados da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (WSSD) de 1995, em Copenhague, estabeleceram uma agenda transformadora que enfatizou soluções estruturais para os principais desafios sociais atualmente. No entanto, ao nos aproximarmos do final do primeiro quarto do século XXI, o mundo continua a enfrentar uma série de desafios complexos, interconectados e, muitas vezes, em cascata – instabilidade socioeconômica, crises ambientais, avanços tecnológicos rápidos e uma crescente descrença nas instituições.

As mudanças e rupturas profundas nessas esferas tornaram-se características definidoras desta nova era exigindo estratégias adaptativas e respostas políticas inovadoras. A crescente desigualdade interna e entre países tem consequências sociais, econômicas e políticas profundas, agravando divisões sociais e reduzindo a coesão social. À medida que as disparidades de renda se ampliam, os indivíduos de grupos de baixa renda enfrentam dificuldades cada vez maiores para acessar serviços essenciais como educação, saúde e moradia. Isso gera um ciclo de desvantagens difícil de romper, levando à pobreza estrutural e limitando a mobilidade social. Além disso, à medida que as oportunidades econômicas se concentram entre os mais ricos, a classe média encolhe o que aumenta a polarização e enfraquece o tecido social que sustenta as sociedades.

A consolidação do poder político pelos super-ricos amplia sua influência sobre a governança e permite maior acumulação de riqueza, ameaçando a democracia, os direitos humanos e a estabilidade social. A urgência de cumprir os compromissos da Cúpula de Copenhague nunca foi tão premente. A próxima Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social de 2025, em Doha, Catar, não é apenas uma oportunidade; é uma convocação – um chamado para medir e avaliar o progresso global, fazer um balanço de nossas falhas, preencher as lacunas de implementação e alinhar nossas aspirações com as realidades de hoje, assim como com os desafios e oportunidades do futuro.

Precisamos de um novo começo, traçando um caminho renovado.

O Panorama Atual

Relatórios de organizações afiliadas ao ICSW em todo o mundo destacam os impactos adversos das mudanças climáticas sobre a segurança alimentar, a saúde e a vida humana. A privação material e social severa continua a crescer globalmente, afetando até mesmo países de alta renda e agravando as condições de grandes segmentos da população, incluindo grupos vulneráveis e a classe média. O aumento do custo de vida e da desigualdade empurrou milhões para a pobreza, mesmo em regiões que experimentam crescimento econômico. Esses desequilíbrios exigem mais do que medidas temporárias. Eles evidenciam a necessidade urgente de políticas inclusivas, centradas nas pessoas, que transcendam e promovam resiliência em crises de curto prazo.

O cenário político em transformação, marcado pela polarização política e pelo impacto desproporcional das redes sociais orientadas para o lucro – especialmente entre os eleitores mais jovens – introduziu uma grande incerteza na governança. Em muitos países, a insatisfação dos eleitores com promessas e compromissos políticos não cumpridos agravou os desafios à coesão social e à oferta de bem-estar.

Modelos de democracia, ancorados em princípios fundamentais e refletindo como as nações alcançam bem-estar, estabilidade e coesão social, devem reconhecer inerentemente as particularidades culturais e os ambientes sociais únicos de cada sociedade. Quando analisados de forma abrangente – para além de uma visão restrita dos sistemas eleitorais –, esses modelos devem ser moldados por cada país de acordo com suas tradições, culturas e contextos políticos. Tal abordagem assegura que as estruturas democráticas ressoem com as experiências vividas e os valores de seus cidadãos, promovendo legitimidade e resiliência. A solidariedade, definida como os laços sociais que unem os indivíduos dentro de uma comunidade, é um valor fundamental que deve ser cultivado e transmitido através de gerações.

Para cumprir seu papel, a mídia deve priorizar a promoção de políticas centradas nos direitos humanos, alinhadas aos princípios estabelecidos pelas Nações Unidas na esfera social. Sustentar essas prioridades é crucial, mesmo em meio a desenvolvimentos políticos adversos, como volatilidade eleitoral e ascensão do populismo. Na era digital de hoje, o “clip thinking” (pensamento em cliques) – uma tendência visível em que os indivíduos consomem informações em formatos fragmentados e de fácil digestão – tornou-se a norma predominante. Embora ofereça conveniência e rápida disseminação, frequentemente prejudica a análise

factual e o pensamento crítico, promovendo um engajamento superficial. Esse fenômeno, amplificado pelas redes sociais e pelas tecnologias digitais, é ainda agravado por bolhas de informação, “info-noise” (ruído informacional) e outras distorções que permeiam o cenário midiático atual. Essas dinâmicas levantam preocupações significativas sobre a prevalência de câmaras de eco e a erosão do discurso analítico. Nesse contexto, a mídia, como “quarto poder”, tem um papel crucial a desempenhar. É evidente que serviços de mídia social checados, transparentes, engajadores e seguros são fundamentais para promover discussões informadas e o engajamento cívico. Uma iniciativa público-privada colaborativa é necessária para apoiar e ampliar esses esforços.

A questão das garantias sociais no âmbito dos contratos sociais – ou seja, as obrigações dos governos de assegurar o bem-estar de seus cidadãos – está intrinsecamente ligada à provisão de políticas sociais e às normas legais fundamentais de uma nação. Trata-se de um tema profundamente enraizado nas concepções nacionais de cidadania e suas dimensões sociais, refletindo o contrato social entre o Estado e o povo. Um contrato social baseado na participação cidadã é essencial para legitimar instituições e garantir a sustentabilidade dos sistemas de bem-estar. As políticas sociais, por sua vez, são moldadas pela complexa interação entre evolução social, histórica, cultural e econômica. Essas dinâmicas evidenciam a necessidade de uma governança adaptativa e sensível ao contexto, capaz de responder de forma eficaz às necessidades e aspirações de populações altamente diversas. Em muitos países, cresce o reconhecimento de que os governos devem adotar um papel mais proativo tanto no apoio quanto na regulação do setor privado, sempre priorizando o bem comum.

Ao integrar esses aprendizados, as sociedades podem construir modelos de governança que não apenas enfrentem os desafios imediatos, mas também lancem as bases para um desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo. Indicadores econômicos, como o PIB, as taxas de desemprego e a inflação, fornecem informações valiosas sobre a saúde financeira de uma nação, mas não são medidas suficientes de bem-estar social. Esses indicadores não conseguem captar aspectos essenciais da vida humana, como saúde, educação, sustentabilidade ambiental e coesão social. Além disso, não consideram a qualidade dos serviços sociais, o engajamento cívico ou a satisfação com a vida – elementos cruciais para uma sociedade próspera. Para obter uma compreensão abrangente do bem-estar, os formuladores de políticas devem complementar os dados econômicos com indicadores sociais, psicológicos e ambientais que reflitam as experiências vividas por indivíduos e comunidades.

Elisso levanta questões críticas:

- Que tipo de políticas sociais são necessárias para a Nova Era?
- Como os formuladores de políticas podem equilibrar imperativos morais com o pragmatismo para priorizar e alcançar metas sociais?
- E como é possível reavaliar ou ajustar prioridades políticas sem comprometer esses objetivos em um mundo em rápida transformação?

Apesar dos avanços em alguns setores, as políticas de bem-estar social frequentemente continuam limitadas a atender necessidades imediatas, em vez de impulsionar mudanças sistêmicas. O foco excessivo em gastos de curto prazo corre o risco de criar sistemas duplos: um para os marginalizados, financiado publicamente e sobrecarregado; e outro para os privilegiados, privado e exclusivo. Essas divisões aprofundam a desigualdade e fragmentam a coesão social. Além disso, os cortes nos gastos públicos, frequentemente impulsionados por restrições orçamentárias, reduziram os recursos destinados à proteção social, mesmo com o crescimento da demanda. Em muitos países, políticas de endividamento criam um ciclo vicioso em que restrições financeiras e pressões externas impedem os governos de cumprir suas obrigações em relação aos direitos humanos. Medidas de austeridade motivadas pela dívida frequentemente resultam em descontentamento público e agitação social.

O ICSW, uma organização não governamental global com forte presença nacional e uma longa e respeitável trajetória na defesa de políticas sociais integradas e programas de bem-estar eficazes, enfatiza que as alocações orçamentárias para o bem-estar social não são meras despesas, mas investimentos vitais no futuro. Esses investimentos são fundamentados na solidariedade social. A maioria dos objetivos e metas de desenvolvimento social é alcançável se – e somente se – houver vontade política. Como diz o ditado: "Onde há vontade, há um caminho" – desde que a sociedade reconheça a importância crítica desses objetivos. O caminho adiante exige coragem política para priorizar tais investimentos e reconhecer seu poder transformador.

A participação do cidadão está no centro de serviços sociais eficazes e responsivos. Ela fortalece a transparência e a confiança, além de fomentar um senso de responsabilidade compartilhada, garantindo que os serviços sociais respondam a desafios e necessidades reais, em vez de serem moldados por suposições. Além disso, a sociedade civil serve como uma plataforma vital para amplificar as vozes dos mais vulneráveis, assegurando que suas preocupações sejam ouvidas no discurso público. Estabelecer ou fortalecer mecanismos formais que ofereçam aos cidadãos oportunidades regulares de contribuir para a tomada de decisões, de forma transparente e construtiva, torna os processos participativos mais inclusivos e eficazes.

Princípios Centrais

1. Bem-Estar Social Centrado nas Pessoas

Os programas e serviços de bem-estar social devem ser reconhecidos como fundamentais para a construção de uma sociedade humana. Promover o bem-estar humano e social deve ser o centro do desenvolvimento econômico. Embora os marcos legais e definições específicas possam variar entre os países, o objetivo universal permanece: promover o desenvolvimento humano, garantir segurança e fomentar o empoderamento. O compromisso compartilhado com o apoio mútuo e a responsabilidade coletiva é um valor presente em todas as principais regiões do mundo. Além disso, esse princípio é coerente com o objetivo simultâneo de alcançar a proteção social universal (PSU), que compreende funções protetoras, preventivas e de desenvolvimento.

2. Integração das Políticas Sociais e Econômicas

As políticas de bem-estar social são essenciais para o bem-estar individual e comunitário, mas devem ser integradas às políticas econômicas mais amplas. É necessário um arcabouço abrangente que inclua a redução da pobreza, o pleno emprego, a proteção social universal e o acesso a serviços essenciais. Negligenciar as dimensões sociais das políticas econômicas compromete o desenvolvimento sustentável e equitativo. Os governos devem ir além da visão de políticas sociais como meras redes de segurança, reconhecendo seu papel na promoção de ambientes econômicos sustentáveis – especialmente diante da crise climática que ameaça comunidades em todo o mundo.

3. Políticas Sociais Inovadoras

Os desafios complexos atuais exigem políticas sociais inovadoras, participativas e flexíveis para enfrentar crises interligadas. Os governos devem incorporar dimensões sociais às políticas macroeconômicas desde o início, garantindo que o desenvolvimento econômico beneficie todos os membros da sociedade. As políticas nacionais precisam abordar transições demográficas – como migrações e envelhecimento da população – promovendo uma perspectiva intergeracional e fortalecendo a solidariedade entre gerações. É fundamental promover o diálogo entre gerações, buscando formas e métodos adequados de comunicação entre jovens e idosos. Ao mesmo tempo, as políticas nacionais devem assegurar que a rápida transformação digital – impulsionada pelo crescimento exponencial das tecnologias da informação e comunicação – reduza as divisões digitais, ao invés de ampliá-las, empoderando os indivíduos em vez de marginalizá-los.

Áreas Prioritárias de Ação

Quatro domínios prioritários devem orientar as estratégias futuras :

A. Enfrentar as Consequências Sociais das Mudanças Climáticas

As mudanças climáticas não são um fenômeno isolado; elas ampliam vulnerabilidades. Seus impactos recaem com mais intensidade sobre aqueles menos preparados para se adaptar. As regiões vulneráveis, particularmente no Sul da Ásia e na África Austral, são desproporcionalmente afetadas, enfrentando ameaças à agricultura, à saúde e aos meios de subsistência. Integrar a sustentabilidade ambiental às políticas econômicas e sociais é essencial para proteger as comunidades dos desafios induzidos pelo clima. É imperativo que todos os atores – incluindo a sociedade civil – se concentrem na implementação integral da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, fortalecendo a solidariedade e a ação coletiva.

B. Promoção de Empregos e Crescimento Econômico Inclusivo

O desenvolvimento social não pode prosperar sem um desenvolvimento econômico que beneficie a todos; o crescimento econômico inclusivo é pré-requisito para a sustentabilidade. As políticas devem priorizar grupos marginalizados – mulheres, jovens, minorias étnicas e pessoas com deficiência – garantindo acesso equitativo a recursos, oportunidades, serviços e meios de subsistência. Os governos possuem um amplo conjunto de instrumentos: tributação progressiva, leis trabalhistas e salários justos, investimentos estratégicos em saúde, educação e habitação – todos capazes de reduzir as desigualdades e criar caminhos para a estabilidade e a coesão social.

A rápida expansão das tecnologias digitais, incluindo a inteligência artificial generativa (IA), apresenta tanto oportunidades quanto desafios para formuladores de políticas e a sociedade civil. A transformação digital tem o potencial de ampliar e diversificar a participação cidadã. No entanto, os países devem navegar pelas complexidades dessa transformação enfrentando também suas consequências sociais, como a perda de empregos e a concentração de riqueza. É essencial implementar medidas robustas de proteção social para os afetados pelas perdas ocupacionais e garantir uma tributação justa dos lucros gerados por IA, redistribuindo os benefícios de forma equitativa.

C. Proteção Social Universal

A seguridade social é um direito humano fundamental, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Instamos os governos a construir sistemas abrangentes que proporcionem segurança em todas as etapas da vida. Garantias básicas de acesso universal a cuidados essenciais de saúde e renda nas situações de desemprego, velhice, cuidados infantis, deficiência, viuvez e orfandade, doença e maternidade, são medidas para proteger os indivíduos das incertezas da vida, promovendo bem-estar físico e mental, e sua participação nas atividades produtivas da nação. A proteção social universal não é caridade; é justiça – e representa o melhor investimento que uma sociedade pode fazer em sua população.

D. Empoderamento Humano

As políticas devem capacitar as pessoas a participarem plenamente das dimensões econômicas e sociais da sociedade. Isso exige a promoção da educação de qualidade, formação profissional e aprendizagem ao longo da vida, especialmente para mulheres, jovens, minorias e pessoas com deficiência. A igualdade de gênero, a criação de empregos e o apoio a indústrias sustentáveis – como energia renovável e agricultura sustentável – são fundamentais.

A educação é essencial não apenas para cumprir os compromissos básicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas também para elevar os padrões educacionais e promover o aprendizado de alta qualidade. Ela desempenha um papel crucial no desenvolvimento do pensamento crítico e no enfrentamento dos desafios crescentes da desinformação e da informação enganosa – preocupações cada vez mais urgentes no mundo atual.

Direções para o Futuro

As políticas de bem-estar social devem evoluir para se tornarem catalisadoras de equidade e justiça, integrando objetivos sociais aos marcos macroeconômicos, incorporando dimensões ambientais e promovendo a cooperação internacional. Propostas baseadas em evidências podem ajudar os governos a enfrentar a pobreza, o desemprego e a desigualdade por meio de políticas sociais eficazes. Essas políticas devem fortalecer o potencial humano, abrindo caminho para um sistema global justo, inclusivo e sustentável.

A Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social não pode ser apenas um exercício retórico. Ela deve ser um ponto de inflexão. Soluções pragmáticas e compromissos políticos construtivos são essenciais para enfrentar a atual crise do custo de vida, proteger os grupos vulneráveis e reverter o declínio nos indicadores de bem-estar. No entanto, sejamos claros: os compromissos políticos não devem ocorrer às custas da dignidade e dos direitos das pessoas. É necessário fortalecer as dinâmicas participativas – elemento-chave para garantir os direitos dos cidadãos.

Multilateralismo e Colaboração

A colaboração entre os atores – em nível nacional e internacional – é essencial para enfrentar desafios globais compartilhados. Igualmente fundamental é o fortalecimento dessa colaboração no plano internacional, onde a troca de boas práticas permite que os países aprendam com os sucessos e fracassos de outros na implementação de políticas sociais. A cooperação regional, muitas vezes facilitada por instituições multilaterais, permite que os formuladores de políticas enfrentem desafios transfronteiriços, como o controle de doenças infecciosas e as desigualdades educacionais agravadas pela migração e pela pobreza. Embora instituições e acordos multilaterais enfrentem desafios significativos, é essencial reconhecer que desafios globais exigem soluções globais.

O multilateralismo é indispensável para enfrentar desafios compartilhados, e o ICSW apoia fortemente a colaboração multilateral nos setores sociais e além. Por exemplo, países com reformas bem-sucedidas em saúde, educação ou proteção social podem servir de modelo para que outras nações adaptem essas experiências aos seus contextos. Como demonstra a experiência do ICSW, acordos multilaterais regionais podem promover padrões uniformes, incentivar o compartilhamento de recursos e a transferência de conhecimentos técnicos e humanos, além de ajudar a evitar disparidades causadas por capacidades nacionais desiguais. Em última análise, a eficácia do multilateralismo na formulação de políticas sociais depende do compromisso das nações em implementar os padrões acordados de forma equitativa e de utilizar o apoio multilateral de maneira eficiente. Por meio dessas ações, os países podem fortalecer sua infraestrutura social e ampliar as oportunidades inclusivas para todos os cidadãos.

O estabelecimento de mecanismos intergovernamentais robustos, como reuniões ministeriais regulares, pode fortalecer a colaboração global e garantir a responsabilidade na implementação de políticas de bem-estar social. Essas reuniões devem ser bem informadas, utilizando metodologias e procedimentos de ponta. Por meio da coleta de dados precisos e previsões relevantes, da tomada de decisões racionais e da execução de programas operacionais eficazes, esses mecanismos devem promover a inovação, a equidade e a eficiência. Acreditamos firmemente que o bem-estar social deve se transformar de uma medida reativa em uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável.

Colaboração e Coordenação Globais

A colaboração e a coordenação globais são essenciais para garantir o acesso equitativo a bens e serviços sociais públicos fundamentais. Uma plataforma internacional robusta poderia servir como catalisadora para esses esforços, facilitando o acesso universal à saúde e fortalecendo a segurança sanitária global, especialmente no combate a pandemias. Poderia também promover uma educação de qualidade, equilibrando conteúdos locais com padrões globais, assegurando financiamento adequado, formação de professores e acesso a materiais didáticos. Além disso, um sistema global de seguridade social poderia garantir pisos mínimos de proteção social para todos, enquanto a aplicação de normas internacionais do trabalho asseguraria condições de trabalho justas e dignas. A gestão global eficaz da água garantiria a sustentabilidade e a distribuição equitativa desse recurso crítico.

Ao fomentar a cooperação entre agências governamentais e intergovernamentais, essa plataforma também poderia facilitar a troca de pesquisas e boas práticas em bem-estar social, bem como coordenar com setores sociais essenciais.

Nesse sentido, **a retomada das reuniões anuais de Ministros de Bem-Estar Social**, utilizando plataformas como a Comissão da ONU para o Desenvolvimento Social ou eventos autônomos, pode impulsionar a cooperação global nas questões de bem-estar social, promovendo a dignidade humana, o bem-estar, a inclusão e a justiça social – transformando os compromissos assumidos na Cúpula de Copenhague e os que emergirem da Segunda Cúpula Social de 2025 em ações concretas.

O ICSW é membro fundador da Coalizão Global por Pisos de Proteção Social e apoia ativamente essa iniciativa global da sociedade civil, que reúne mais de 130 organizações em todo o mundo com o objetivo de alcançar a proteção social universal. Estamos firmemente unidos a profissionais do desenvolvimento social, assistentes sociais, educadores e acadêmicos que priorizam a atenção e a ação em segurança social e bem-estar humano. Juntos, almejamos alcançar a proteção social universal que inclua programas e esquemas sensíveis às necessidades das crianças. Defendemos fortemente o início de discussões práticas na ONU para desenvolver **um instrumento internacional vinculante para a Proteção Social Universal**.

O ICSW acredita ser crucial que a comunidade internacional adote políticas sociais equitativas, inclusivas e voltadas para o futuro – em âmbito global, regional, nacional e local. A dignidade e o valor humano devem orientar essas políticas, que devem refletir as realidades de um mundo interconectado. Abordar as causas profundas da desconfiança é essencial para romper os ciclos viciosos que ela perpetua. Uma sociedade civil bem informada, ativa e engajada é essencial para o desenvolvimento socialmente sustentável, para a democracia e para a realização dos direitos humanos. Investir em uma sociedade civil forte, diversa e independente é a base para alcançar esses objetivos. A sociedade civil também desempenha um papel fundamental no fortalecimento da segurança, especialmente em momentos de crise, quando sua capacidade de prestar ajuda humanitária é indispensável.

Projetar políticas sociais realistas, ousadas e sustentáveis é imperativo no contexto atual. Políticas eficazes que envolvam significativamente os cidadãos, as comunidades locais, os entes regionais e a comunidade global são vitais para promover o desenvolvimento sustentável e a coesão social.

O ICSW está pronto para apoiar esse esforço.



ICSW
Obrigado